



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

POLIANA FABRICIA CAVALCANTE PEREIRA

REFLEXÃO ACERCA DO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO/SURDO

DELMIRO GOUVEIA-AL

2021

POLIANA FABRICIA CAVALCANTE PEREIRA

REFLEXÃO ACERCA DO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO/SURDO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas-UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof. Especialista Adeilson da Silva Alves

Coorientador: Prof. Mestre Anderson Francisco Vitorino

DELMIRO GOUVEIA-AL

2021

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza - CRB-4/2209

P436r Pereira, Poliana Fabricia Cavalcante

Reflexão acerca do processo educacional do aluno surdo / Poliana Fabricia Cavalcante Pereira. – 2021.
52 f.

Orientação: Adeilson da Silva Alves.
Coorientação: Anderson Francisco Vitorino.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Ensino e aprendizagem. 4. Aluno surdo. 5. Inclusão. I. Alves, Adeilson da Silva. II. Vitorino, Anderson Francisco. III. Título.

CDU: 376

Folha de Aprovação

POLIANA FABRICIA CAVALCANTE PEREIRA

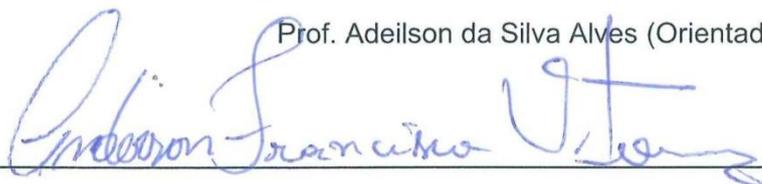
REFLEXÃO ACERCA DO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO/SURDO

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia como um dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Pela Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 01 de 03 de 2021.

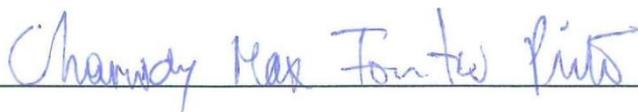
Banca Examinadora:



Prof. Adeilson da Silva Alves (Orientador)



Pro. Me Anderson Francisco Vitorino (Coorientador)



Prof. Me Charridy Max Fontes Pinto SIAPE 1071880 IFAL/ Campus Maceió



(Examinador Externo)

Prof. Dr. Marilza Pavezi SIAPE 179101 1 Campus do Sertão / UFAL

(Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela a dádiva da vida, a força que tem me dado no decorrer da minha existência e durante essa jornada acadêmica, pelas conquistas alcançadas e por ter colocado pessoas importantes em meu caminho, contribuindo para o meu crescimento pessoal.

A minha família, minha fortaleza, meu alicerce, que me ajudam a seguir em frente no caminho da vida. A meu pai Everaldo, que sempre foi meu pai e mãe, me dando educação e o amor incondicional. As minhas irmãs Evelyn e Isabella pelo apoio e o amor que nos une.

Em especial agradeço a meu esposo, Almir e aos meus filhos Ayla e Arthur que me impulsionaram a seguir na minha formação.

Aos professores e Orientadores, Adeilson da Silva Alves e Anderson Francisco Vitorino pela contribuição em minha formação e a paciência e orientações dadas durante o processo de realização da pesquisa.

Aos demais professores do curso de Pedagogia pelos ensinamentos e pelas amizades construídas no decorrer do percurso.

As minhas amigas Evilania, Janecléide, Érica, que sempre estiveram comigo nos momentos de alegrias e tristezas, pois amizade é isso, é confiança e compreensão, contem sempre comigo.

Agradeço imensamente ao Jackson, meu primeiro aluno surdo que me mostrou um mundo de novas possibilidades.

E, enfim, a todos os demais que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho, Obrigado.

Dedico este trabalho ao, meu pai Everaldo, minhas irmãs, Evelyn e Isabella, pelo apoio e incentivo. Meu esposo Almir e filhos Ayla e Arthur, por toda paciência e motivação.

“O que importa a surdez da orelha, quando a mente ouve? A verdadeira surdez, a incurável surdez, é a da mente” (Ferdinand Berthier, surdo Francês, 1845).

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que aborda sobre a reflexão acerca do processo educacional do aluno/surdo, e o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular e suas políticas públicas. A mesma tem como objetivo de fazer uma reflexão do processo de ensino aprendizagem do aluno surdo no ensino regular, e como essa falta de comunicação atrapalha no desenvolvimento do aluno. Este trabalho é dividido em cinco capítulos, no primeiro fazemos uma introdução sobre a educação dos surdos no Brasil. No segundo capítulo falamos sobre materiais e métodos, dentro da realidade da metodologia de trabalho científico, sendo no terceiro capítulo a história da educação dos surdos no Brasil, já no quarto capítulo a inclusão dos alunos surdos na escola formal, tendo no quinto a educação inclusiva de surdos e para finalizar as considerações finais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores do campo acadêmico como: Mittler (2003), Mader (1997), Dilli (2010), Vasconcellos (2000), entre outros, procurando rever os conceitos pertinentes ao conceito da reflexão acerca do processo educacional do aluno/surdo, e o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, prática e profissão para o melhoramento da qualidade do atendimento. Conclui que a necessidade de incluir alunos surdos no ensino regular é fundamental para um trabalho ativo respeitando os avanços e retrocessos da sociedade frente aos desafios para o desenvolvimento da comunidade.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Inclusiva.

ABSTRACT

The present study is a bibliographic research that addresses the reflection about the educational process of the student / deaf, and the process of including deaf students in regular education and their public policies. It aims to reflect on the teaching-learning process of the deaf student in regular education, and how this lack of communication hinders the student's development. This work is divided into five chapters, in the first one we make an introduction about the education of the deaf in Brazil. In the second chapter we talk about materials and methods, within the reality of the scientific work methodology, in the third chapter the history of education for the deaf in Brazil, in the fourth chapter the inclusion of deaf students in formal school, with the fifth in inclusive education of deaf people and to finalize the final considerations. A bibliographic research was carried out considering the contributions of authors from the academic field such as: Mittler (2003), Mader (1997), Dilli (2010), Vasconcellos (2000), among others, seeking to review the concepts relevant to the concept of reflection about educational process of the student / deaf, and the process of including deaf students in regular education, practice and profession to improve the quality of care. It concludes that the need to include deaf students in regular education is fundamental for an active work respecting the advances and setbacks of society facing the challenges for community development.

Keywords: Inclusion; Education; Inclusive.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNEE	Política Nacional de Educação Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	MATERIAIS E MÉTODOS	16
3	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL	17
3.1	A COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO.....	19
3.2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
4	A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR	26
4.1	CULTURA SURDA.....	29
4.2	IDENTIDADE SURDA.....	30
4.3	A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR.....	32
4.4	O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO CRIANÇA SURDA NA ESCOLA ESCOLA DE ENSINO REGULAR.....	33
4.5	O PROTÓTIPO DA INCLUSÃO.....	34
4.6	A REALIDADE DE PLANEJAR PARA ABRAÇAR O NOVO.....	36
5	EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS	39
5.1	O CUIDADO HUMANO EM ACOLHER.....	41
5.2	UM ESFORÇO PARA COMPREENDER E APOIAR O FILHO.....	42
5.3	O PLANEJAMENTO COMO INCLUSÃO.....	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERENCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Reflexões sobre a inclusão de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no contexto educacional, tem sido de grande contribuição para compreender sobre o processo histórico dessa língua que, atualmente tem sido considerada de fundamental relevância para o sujeito surdo, tendo como contribuição na trajetória escolar como processo de inclusão das pessoas surdas.

O Interesse em pesquisar a temática referente a Libras Educação iniciou-se a partir da minha vivencia como professora auxiliar de uma criança surda na rede de ensino municipal, ao qual me despertou o interesse de compreender como ocorre a comunicação e o processo de ensino aprendizagem desse aluno com deficiência auditiva, ao longo do ano letivo fui vivenciando e observando como se dava o processo de ensino e aprendizagem e como a falta de comunicação desse aluno o distanciava do ensino regular, em uma escola municipal situado na cidade de Delmiro Gouveia /AL.

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão do processo de ensino aprendizagem do aluno surdo no ensino regular. A falta de interprete compromete o desenvolvimento do aluno surdo. Sabemos que há vários desafios para esse aluno, onde não existem professores que possuem o domínio das LIBRAS, e onde a escola não possui um intérprete de LIBRAS, e com a proposta da educação especial quais os obstáculos que profissionais e familiares encontram no decorrer deste processo, mesmo estando garantida por lei.

Quando o aluno é inserido na escola ele passara por varias adaptações, nem sempre a inclusão estará presente, pois temos professores não preparados, e não bilíngues alunos sem conhecimentos necessários sobre a língua e cultura surda, ilustram a realidade de muitas escolas. Deve-se pensar na inclusão sem exclusão, porque não basta colocar o aluno em sala de aula, mas darmos continuidade sempre com um trabalho pedagógico para as crianças surdas.

Atualmente, as discussões sobre a inclusão de LIBRAS, educacional, tem sido de grande contribuição para compreender sobre o processo histórico dessa lingua que, para o sujeito surdo, tem grande relevancia na trajetória para com o cenário escolar como processo de inclusão de alunos surdos.

Essa realidade revela todo um cuidado dos pais para com a escolaridade dos filhos, mesmo que eles não pensem nisso como um projeto, mesmo que não se trate de uma ação racional visando a um fim futuro, distante como a chegada à universidade. Para os pais, trata-se de uma obrigação cotidiana que tem que ser feita, necessária para a formação do filho, para seguir em frente.

Devemos refletir sobre a prestação de serviços das escolas públicas que trabalham com alunos surdos, porém muitas vezes não dispendo de interprete para auxilia-los de acordo com as suas necessidades.

É necessário analisar a inclusão do aluno surdo, a mesma não deve passar por despercebido. O sistema educacional público apresenta várias carências, e em termos de identificar as necessidades reais do aluno surdo a escola vem deixando a desejar.

Procuro desenvolver no primeiro capítulo, a introdução do trabalho dentro da realidade de trabalhar com a LIBRAS, para o acolhimento do aluno surdo no ensino regular, demonstrando a necessidade de cada vez mais aprofundar sobre o assunto, assim como rever sempre que possível na realidade acadêmica.

Inseridas nessa proposta, o segundo capítulo expõe os materiais e métodos à forma de trabalhar para acolher, dentro da realidade do educando, procurando assim despertar na família o desejo de trazer seu filho para a escola, focando em melhor trabalhar a inclusão de alunos surdos.

O terceiro capítulo versa sobre a história da educação dos surdos no Brasil é uma contextualização histórica da educação brasileira, nela pretendemos ainda apontar as dificuldades do ensino salientando o cotidiano da educação brasileira em períodos diferentes da nossa sociedade. A comunicação do aluno surdo; considerações sobre a educação especial, sensibilizando para o acolhimento destes alunos para o devido respeito.

No quarto capítulo é uma análise da inclusão dos alunos surdos na escola formal, como também a integração de crianças surdas na escola formal; trazendo a família para a realidade escolar, o papel da família na inclusão da criança surda na escola formal; o protótipo da inclusão; a realidade de planejar para abraçar o novo. Tal construção se dá pela participação de interesses estratégicos, criação dos espaços coletivos para a ação pedagógica.

Tendo no quinto capítulo a educação inclusiva de surdos caminhos a serem trilhados; o cuidado humano em acolher, parte natural do ser humano em fazer o bem ao semelhante; assim como a participação da família nas atividades escolares, no esforço para compreender e apoiar o filho; visto que quando existe o planejamento como forma de inclusão o processo educativo acontece.

Tendo por último as considerações finais um olhar mais aproximado com os pontos que faz diferentes contextos do estudo bibliográfico, sendo tratada de forma conjunta. Muitos autores falam das contextualizações pedagógicas diante da inclusão do aluno surdo, a vivenciar a cultura. E com isso ela passa a ser entendida de forma ampla, envolvendo os conhecimentos, informações, valores e os costumes de uma determinada geração.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Costa (2010, p.32) “A metodologia é o caminho a ser percorrido pelos pesquisadores no processo de elaboração da sua investigação”. Assim sendo o pesquisador poderá escolher aquele que melhor corresponde à sua problemática e a seu referencial teórico. Portanto deve-se constar elementos a ser aplicado, no intuito de alcançar o objetivo proposto pela temática.

A pesquisa é bibliográfica explorando os conhecimentos de autores da literatura educacional Glat, (2007), que trata da educação inclusiva na cultura e no cotidiano escolar ; Lacerda (2013), escreve sobre a relação professor aluno surdo em sala de aula; Mantoan (2004) e (2003), que trata da inclusão e os aspectos pedagógicos a serem desenvolvidos para a interação professor/aluno, entre outros autores, observativa quanto ao conhecimento do cotidiano de trabalho na Educação Inclusiva, e na análise do contexto geral da educação no município.

O estudo proposto será realizado um levantamento literário através dos pensadores da área educacional. Além disso, proporciona aos profissionais da área da pedagogia dados relevantes sobre a realidade no processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, mantendo-os atualizados e facilitando as mudanças na prática pedagógica como consequência da pesquisa.

A pesquisa foi um levantamento bibliográfico dentro dos pontos preestabelecidos no projeto para as possíveis adaptações para este trabalho monográfico, assim como o seu ponto vai além de uma reflexão acerca do processo educacional do aluno/surdo, mas, dentro das referências em foco.

O trabalho com reflexão acerca do processo educacional do aluno/surdo pode direcionar olhares mais atentos às necessidades de melhorias contínuas para o aluno surdo em sala de aula, no sentido de expor a realidade sobre o que realmente esta sendo acometido com processo educacional.

O desenvolvimento dos estudos sobre o aluno surdo deve ser sempre revisto no meio acadêmico, para que com isso ele possa conviver de forma harmoniosa com os demais alunos em sala de aula regular, para fortalecer, alimentando a necessidade de recursos didáticos para por em prática diante da necessidade destes alunos.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de surdos (INES.). Fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernet Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação e surdos. O início do ensino de Libras, os surdos estudam em escolas para surdos e ensinavam para outros surdos à língua de sinais, mas nem toda a comunidade surda tinha acesso a esse conhecimento. E foi a partir desse aprendizado que os surdos passaram a formar suas identidades próprias e foram aperfeiçoando as questões comunicativas. A escola se denominava “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje: “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES). Esta primeira escola apresentou uma proposta que mesclava a língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Segundo a filosofia oralista, os sinais atrapalham a fala, impedindo dos surdos a falarem.

Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Huet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos.

O oralismo direcionava a fala dos surdos ou, conforme explica Nogueira (2010), fazer com o que os surdos se tornassem ouvintes e interagissem com o mundo usando o recurso da leitura labial e da fala.

Os surdos precisam ter o direito de escolherem entre duas vertentes de educação: estudar em escolas inclusiva ou numa escola bilíngui. Mas, a maioria dos surdos angustia-se na sala de aula, em que o professor adota uma metodologia para a maioria ouvinte (SOUZA,2014, p.17).

E a partir desse viés que a comunidade surda acredita na educação bilíngue e precisa de professores fluentes em libras e que comunguem da cultura surda. Segundo o texto da Constituição brasileira (1988), em seu artigo 208, fica também garantido “O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino “(BRASIL, 1996, p.104)”. A lei nº

9394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional procurando trazer a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino “(BRASIL, 1996, p. 104)”. Nesse caso, porém, temos um detalhamento de como este processo, em teoria, deveria ocorrer.

A educação de surdos no Brasil passou e ainda, vem passando por inúmeras controvérsias, contudo os progressos aconteceram efetivamente a partir de 2002, ano em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua oficial dos surdos, por meio da implementação da Lei nº 10.436/02, conforme expresso na referida lei, em parágrafo único, a Libras corresponde à forma de comunicação e expressão, sendo o sistema linguístico de origem visual-motora e possui base gramatical própria, constituindo um sistema linguístico que transmite ideias e fatos, que se originou de comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Um grande marco na história voltado a educação do surdo, corresponde ao congresso de Milão, onde reuniram 182 pessoas de diversos países, maioria ouvintes, onde discutiam o método adequado para a educação dos surdos (QUADROS, 2006). O congresso de Milão foi a primeira conferência de educadores de surdos, nesse congresso eles optaram o método oral, houve numerosos prejuízos no que diz respeito ao meio educacional, política e social dos surdos.

Outros movimentos a favor das Libras vão surgindo, e depois de muitas lutas, em 2002, cria-se a Lei de Libras, Lei nº 10.436, apesar de ser abolida a partir do Congresso de Milão de 1880, a língua de sinais foi banida completamente na educação de surdos.

Nesse texto, Alves (2010, p. 24) enfatiza que:

A história da educação de surdos tanto no Brasil como na Europa, houve a tentativa de ensino do surdo através da oralização, porém, esse método foi falho porque não conseguiu os resultados dentro dos princípios educacionais. Como os surdos estavam sempre em desvantagem em anos de escolaridade em comparação com os alunos ouvintes, os educadores passaram a aceitar o uso de sinais em sala de aula.

Impondo ao povo surdo ao oralismo, em que buscavam a personalidade ouvinte no surdo, tentando através de metodologias o ensino da fala, ao qual ela resiste há anos entre os grupos surdos de diferentes regiões do Brasil, assim como em outros países, A partir da qual a inclusão vem acontecendo e desencadeou inúmeras ações que depois de muitas lutas, conseguiu-se a conquista e vitória da

legislação de Libras no Brasil. E posteriormente sua regulamentação com o Decreto Nº 5626 de 2005.

No que diz respeito aos direitos a Língua Brasileira de Sinais Alves, destaca.

Hoje, o surdo tem alguns direitos adquiridos em lei, como por exemplo, o direito a se comunicar em Libras. Em sala de aula regular ele tem direito à presença de intérprete de Libras, a atendimento especial em horário oposto como: reforço de português para o ensino como segunda língua (ALVES, 2010, p. 9).

Atualmente os surdos têm o direito que conquistou nesta caminhada da Educação de Surdos: o reconhecimento a partir dos espaços de luta, o espaço acadêmico, legalmente o direito de usar a Língua de Sinais.

Visto que o decreto nº 5.626, 22 de Dezembro de 2005 regulamenta a lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, em seu artigo 6º estipula:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; (BRASIL, 2005).

Este artigo 6º concede a garantia dos alunos surdos ser atendido em escolas e classes da rede regular de ensino promovendo aos alunos uma educação bilíngue onde o professor precisa ter o domínio da libras para atender aos alunos surdos. Desse modo acredita se que:

Os surdos precisam ter o direito de escolherem entre duas vertentes de educação: estudar em escola inclusiva ou numa escola bilíngue. Mas, a maioria dos surdos angustia-se na sala de aula, em que o professor adota uma metodologia para a maioria ouvinte (SOUZA, 2014, p. 17).

É a partir dessa vertente que a comunidade surda visa os professores que sejam capacitados a saber libras e que eles se apropriem da cultura dos surdos para que assim saibam compreender o aluno surdo diante das suas necessidades.

3.1 EDUCAÇÃO BILÍNGUE: O DESDOBRAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS ALUNOS SURDOS

A comunicação deve acontecer por meio da língua brasileira de sinais, por ser modalidade viso-espacial. É também a marca cultural de grande importância da cultura surda, pois representa a comunicação visual levando assim o surdo a transmitir e a ser transmissor.

Nesse sentido, o surdo passa a ser aceito no convívio social, uma vez que:

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilingue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua oficial de seu país (GOLDFELD, 2001, p.42).

Normalmente, os surdos nascem em famílias em que todas as pessoas são ouvintes e falam português. A rejeição ao problema se estende à aceitação da língua do surdo, pois na maioria dos casos onde ocorre a surdez na família, muitos dos pais estão mais interessados em tentar encontrar o tratamento para a criança surda ou buscando corrigir a surdez da criança.

Deve haver uma interação entre os surdos e a sua cultura para que assim os surdos se apropriem da sua identidade enquanto sujeitos sociais. Neste sentido, Vygotsky (1998, p. 38) afirma que os

signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comumente da linguagem tornam-se, então, a base de forma nova e superior de atividades nas crianças, distinguindo-as dos animais.

A LIBRAS é a língua do povo Surdo brasileiro, seu principal meio de comunicação entre Surdos e ouvintes. A mesma possui “[...] Uma estrutura linguística diversa, visão espacial, com sintaxe, morfologia e “fonologia” próprias [...]” (LACERDA E SANTOS, 2013, p.28). Na LIBRAS o nosso corpo também fala, em determinados contextos, a expressão corporal, como também o contato visual, que facilita e constrói relações entre os indivíduos.

Quando pais e filhos compartilham da mesma vivência é estabelecido um ganho significativo. “As crianças que têm acesso à língua de sinais desde bebê têm condições para apreender a estrutura da língua em tempo normal de aprendizagem de uma língua” (ALVEZ, 2010, p. 85).

Assim, consideramos que um surdo precisa do outro; para eles é importante ter esse tipo de contato, um convívio saudável, sem risco de perda de sua identidade e valores principalmente, na transmissão de valores.

Um dos obstáculos encontrados pelo aluno surdo e quando ele se depara com uma escola onde só ele é surdo e a escola não oferece um intérprete de libras, profissional indispensável para um aluno surdo, e onde não há professores que dominam a língua de sinais, então a aprendizagem desse aluno acontece de forma tardia e só trará danos ao aluno surdo.

A educação de surdos requer um ensino que obedeça aos mesmos princípios utilizados para os ouvintes, o que diferencia a educação de um e de outro é o respeito à sua cultura e à sua língua. Portanto, os princípios básicos de letramento do surdo são os mesmos: ensinar a ler e escrever com proficiência e com função social (ALVES, 2010, p. 146).

O professor precisará se readaptar para atender os seus conhecimentos, e para atender todas as necessidades no processo educacional do aluno surdo, sabemos que é um desafio a ser vivenciado na educação dos surdos a introdução da Libras nas escolas regulares. Mas é de suma importância para que haja de fato a aprendizagem dos alunos surdos.

3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desde a década de 90, a apropriação de Leis Nacionais e a elaboração de diretrizes no Ministério da Educação vêm evidenciando a importância da inclusão familiar no processo de ensino. Lançado em 2004, pela Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação destaca: a importância da participação familiar no ambiente estudantil por meio de conselhos escolares e outras formas de envolvimento da comunidade local em ações que melhoram a estrutura física e pedagógica das escolas.

A lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB),Lei n.º9394/96 título I, artigo 1º determina: A educação na vida da família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de Ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organizações da sociedade Civil e nas manifestações culturais.

Para o sucesso do educando se faz necessários pais e alunos para que o ensino tenha toda ênfase possível e possa resgatar os valores familiares passando pela escola e infiltrando-se na sociedade, pois todos são agentes de transformação através de um ensino inovador e constante na formação do verdadeiro cidadão capaz de acompanhar o desenvolvimento do mundo.

Norteadada pela LDB lei 9394/96 se empenham em desenvolver o educando assegurando-lhe a formação comum indispensável no exercício da cidadania e fornecendo-lhe para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Com o envolvimento da comunidade a escola deixa de ser um órgão simplesmente estadual para se tornar público, a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 227), dispõe que a Educação é Dever do Estado e da Família.

É dever da Família, da sociedade e do estado assegurar, a criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 15).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (cap. III, art. 19 e 22) a disposição do direito à convivência familiar e comunitária. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente em família substituta. Aos pais incube o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. O ECA - estatuto da criança e do adolescente esclarece também: o direito a educação, cultura e esporte e lazer (cap. IV, art. 53): A criança e o adolescente têm direito á educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se:

- I - Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
 - II- Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - Direitos de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer a instancias escolares superiores;
 - IV- Direito de organização em entidades estudantis;
 - V- Acesso a escola Pública e gratuita próxima a sua residência.
- Parágrafo único: É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A ideia também é destacada na Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que adota como regra a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno especial. E essa participação começa na conscientização e no comprometimento dos familiares na defesa dos direitos e deveres dos educandos. A Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), por meio do documento Política Nacional de Educação, considera a educação especial com sendo:

(...) um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sobre esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, 1994, p.17).

De acordo com Scherner (1995), a escola, enquanto uma instituição social é um espaço privilegiado de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, ou seja, relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global e suas necessidades especiais. Assim, ela além de possibilitar aos alunos a apropriação do conhecimento de maneira crítica e construtiva, precisa valorizar a cultura e buscar a parceria da família, da comunidade, contribuindo para o exercício da cidadania.

O direito à educação especial vem amparados na LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no capítulo V da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Vale enfatizar que o princípio básico desta lei é a de garantir uma educação para todos, isto é, proporcionar a todos independente de suas diferenças, uma educação igualitária e que para isso acontecer sejam feitas as adaptações necessárias. Nesse sentido, busca-se uma reflexão profunda e soluções adequadas para que possibilite esse atendimento de qualidade.

Através da perspectiva de Vitorino; Souza, (2020):

A educação especial (re) configura os parâmetros de ensino que minimiza os paradigmas que fundamentam o modelo do conservadorismo nas escolas. Evidencia-se o contexto educacional de que a escola comum seja acessíveis a todos aqueles que detêm algum tipo de deficiência. Para isso, rompe com o paradigma que rotula os alunos (2020, p. 66).

Sendo assim, a educação é direito a todos, independente das necessidades especiais que o aluno possui. Tal escola deve proporcionar aos alunos condições para que venham a desenvolver suas potencialidades e assim obter uma educação de qualidade para todos.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. (SEESP/SEED/MEC, 2010, p. 9). Para que de fato a inclusão ocorra nos espaços escolares e necessário que as escolas se adequem aos seus diversos alunos e para isso é necessário que os professores se articulem com pais, alunos, gestores e com a comunidade em geral.

Assim sendo, faz-se necessário frisar que:

A clientela da educação especial é bastante diversificada, uma vez que inclui uma grande variedade de alunos com necessidades educacionais especiais as mais diversas. Essas necessidades educacionais comuns com as condições individuais de cada aluno. É a presença de necessidades educacionais que vai, portanto, indicar se um aluno deve receber uma educação especial, e não apenas a presença de uma deficiência ou superlotação, tomadas estas como condição individual (MAZZOTTA, 1982, p. 31).

A cultura inclusiva preconiza que não há limites para a condição humana, buscando muito mais do que apenas receber o aluno com deficiência. Carmozine, Noronha (2012, p. 70), desse modo “a educação especial deve ser voltada para o desenvolvimento das habilidades dos alunos portadores de necessidades especiais”.

A inclusão da pessoa surda na escola comum exige que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula comum quanto no Atendimento Educacional Especializado (DECRETO n. 5626/05). A escola deve proporcionar mecanismos de aprendizagem para que os seus alunos obtenham êxito.

É importante ressaltar que para a inclusão de fato aconteça é necessário a ajuda do professor como destacam as autoras. Carmozine, Noronha:

O aluno de inclusão é de responsabilidade pedagógica do professor do ensino regular, ou seja, do professor que administra aquela sala de aula. O aluno da sala especial é de responsabilidade do professor especialista. O professor da sala regular ou da sala especial poderá, em parceria com o professor do AEE, buscar meios para que esses alunos tenham as suas distinções respeitadas de modo a encontrar formas para que as práticas pedagógicas se efetivem da melhor maneira, sempre tendo por objetivo o desenvolvimento do aluno de inclusão (2012, p. 72).

A inclusão do aluno é algo que deve ter os devidos cuidados, respeitando os limites de cada aluno, para que não possa existir a evasão. O processo é lento, porém se faz necessário para que possa existir a harmonia e melhoria em seu processo de adaptação em sala de aula.

Segundo Carmozine; Noronha (2012)

O Atendimento Educacional Especializado pode ser considerado o pilar para a educação inclusiva, visto que permite ao aluno com necessidades educacionais especiais desenvolver mecanismos por estar incluso no ensino regular. Para que a educação inclusiva obtenha sucesso além da intersetorialidade, todos os elementos da estrutura educacional devem estar envolvidos (p.70).

Aos alunos surdos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve assegurar o ensino da Libras, sendo de responsabilidade do professor especializado promover atividades para serem desenvolvidas nas salas de ensino regular, de modo a orientar e informar ao corpo docente e aos outros alunos as características e distinções linguísticas desse aluno surdo, buscando remover as barreiras que às vezes são impostas por conceitos pré-concebidos provindos da falta de informações reais. Dentre os espaços ofertados pelo professor em sala de aula.

4 A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

O processo de inclusão não é algo que nasce da noite para o dia, é uma necessidade de adaptação para uma nova realidade que está sendo trabalhada a todo novo dia, dando espaços para novos olhares e maneiras de vivenciar o carinho e o afeto com o próximo.

Segundo Carvalho (1999, p. 52) a inclusão pode ser favorecida se for observados as seguintes providências: “preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes”. Cada trabalho pedagógico deve ser repensado para uma nova realidade que urge por oportunidades de melhorias.

Segundo Dilli (2010), a educação dos surdos, por vários anos, desenvolveu-se de forma preconceituosa. Apenas um padrão foi permanente durante a evolução histórica dos surdos e que pode-se dizer que prevaleceu e, ainda prevalece, nos dias atuais que é o preconceito social. As pessoas com deficiência, neste caso específico os surdos, eram destacados por possuírem características divergentes daquelas determinadas pela sociedade. Podemos perceber claramente essa divergência quando utiliza-se o termo, desigual como se explicasse a nomenclatura utilizada para distinguir a diferença existente entre um indivíduo e o outro.

O Plano Nacional da Educação (PNE), desenvolve uma gestão mais acolhedora dentro das metas estabelecidas pelo MEC. Auxiliando assim aos recortes territoriais para que o ensino possa abraçar a todos de forma inclusiva. Com uma assistência mais centradas no interesse da família, demonstrando fortalecimento e dedicação a importância para uma educação de qualidade.

Ainda a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aponta que:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008, p. 16).

As escolas inclusivas são de fundamental importância para o desenvolvimento educacional, porém, o que precisa ficar claro é que não é apenas incluir, a questão da inclusão de crianças surdas, insere-se no contexto das discussões cada vez mais evidentes relativas à integração de pessoas com deficiências enquanto cidadãos, em seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.

O decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, agora regulamenta as políticas educacionais para pessoas com deficiência, logo, precisamos nos manter vigilantes por criação de mais escolas bilíngues. Devemos cobrar a transição das escolas especiais para escolas bilíngues para surdos no país.

O surdo no ensino regular é algo complexo, para muita realidade adversa, pois muitos professores se baseiam em uma sala de aula dentro da ótica da comunicação visual, e no caso do surdo falta à comunicação auditiva. Metodologias necessitam ser revista para realmente incluir. O professor precisa se posicionar e dar realmente aula, e o governo que está incluindo, pois, isso não acontece é uma ilusão coletiva do governo, dos pais, das escolas e dos próprios alunos que fingem uma participação que não existe de fato.

Segundo Mantoan (2003, p.18) ressalta que: “A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. Cada trabalho pedagógico deve ser pensado a realidade do surdo.

A inclusão de crianças surdas é uma necessidade, que precisa ser trabalhada no cotidiano escolar, assim como com a participação ativa da família na escola, elo essencial para o crescimento de todos. A comunidade em si deve estar contida nos processos educacionais de seus filhos.

Segundo Oliveira (2016), o papel da educação especial ainda é desconhecido por alguns segmentos da sociedade. Há quem a conceitue apenas como um ambiente para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)¹. Esse termo acompanhou uma tendência internacional que se estabeleceu principalmente

¹ São necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

com a Declaração de Salamanca de 1994, e como lembra Ferreira (1998) merece certa atenção de forma a confrontar leituras e analisar uma possível revisão acerca das concepções de aluno e educação especial.

A lei 9394/96 passa a acolher as crianças especiais quando a comunidade começa a cobrar, fazendo valer os seus direitos. O processo é lento, contudo necessita de incentivos e promoções para que a classe educacional tenha melhores olhares sobre esse público que necessita de tanto amor e carinho em seu processo educacional. A educação é uma ferramenta forte para romper com o preconceito e fazer valer a inclusão social para todos.

Para que a inclusão e crianças surdas acontece de verdade se faz necessário o oferecimento de Curso de Libras obrigatório para todos os professores ou presença de intérpretes em cada sala de aula; segundo o documento, Carta de Salamanca n.º 21, tem-se:

As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de surdos e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns (SALAMANCA, p.30).

Muitos profissionais em educação necessitam de aperfeiçoamento para acolher estas crianças, contudo os treinamentos pouco são ofertados ou não existem, com isso o profissional tem que pagar por uma especialização na área desejada. Cada situação desta desmotiva o professor a lidar com as adversidades do cotidiano.

É uma realidade em muitas partes do território brasileiro existe a necessidade de atenção para isso, cada melhoria no processo educacional melhora a situação na comunidade, com isso o favorecimento vira uma realidade ativa, onde demais procurarão se especializar e ajudar neste processo de inclusão do aluno surdo na escola de ensino regular.

O professor tem habilidades, contudo necessita de caminhos para ser trilhados, dentro de sua ótica pedagógica é um trabalho para referenciar a natureza humana que está em seu próprio eu. Cada metodologia sempre é pensada para a melhoria em conjunto, com isso abraçar é uma necessidade constante de sua

profissão, a continuidade pedagógica se torna presente quando realmente o aluno aprende.

A aprendizagem significativa do aluno surdo torna-se real quando a inclusão esta feita, contudo é gradativo, pois alimenta sempre novos olhares que necessitam sempre de atenção e de um trabalho pedagógico que possa trabalhar os estereótipos mais comum que sempre estão ativos, contudo trabalho que visa sempre o bem estar do aluno para que possa realmente desenvolver seu aprendizado.

A proposta de educação inclusiva faz com que a escola se reestruture em todos os seus aspectos, envolvendo a gestão e os sistemas educacionais. A educação especial compõe esse cenário e, por isso, também se encontra nesse processo de ressignificação, devendo abranger, além do atendimento especializado, o ensino regular à medida que lhe oferece suporte. Diante dessas transformações, o papel dessa modalidade de ensino passou a ser questionado e fez fomentar a busca por práticas alternativas que amenizem o caráter segregador registrado na história (GLAT; BLANCO, 2007).

4.1 CULTURA SURDA

Os surdos possuem a comunicação gestual-visual, não só a Libras para desenvolver a interação, mas vai além, mas toda a linguagem corporal é extremamente importante para dar o tom e ajudar na compreensão da informação que esta sendo dada. Essa comunicação é uma forma de adentrar a realidade desta pessoa, conhecer é necessário para que possa compreender a realidade estudada.

Magnani (2007) explica cultura surda como um grupo de pessoas que partilham de comportamento semelhante, assim como a língua, os contatos sociais, as histórias e a literatura sobre surdos, além de uma série de comportamentos comuns a eles, como o uso do olhar mais atento na conversação, fundamental para o entendimento no diálogo. A cultura é considerada um laço que mantém os surdos juntos, estando vinculados uns aos outros primeiramente pela língua e por um conjunto de valores e costumes, e pelo local onde estabelecem laços e adquirem sua própria língua.

A comunidade surda possui signos acerca da percepção visual, como a maneira de se comunicarem. Que com isso formula a sua conversação e formas de expor as suas raízes culturais. Dentro de uma narrativa que expõe as suas forma e visões de como podem e querem vivenciar o seu momento. Gomes (2011) “afirma que cultura e língua são instrumentos inseparáveis que agem em conjunto na construção cultural dos sujeitos surdos”.

Esse comportamento não é igual em diferentes regiões do Brasil, é uma cultura regional que vai predominar dentro da realidade local. Cada estado da federação brasileira tem suas características e formas de cultura para outro, com isso sempre estão se adaptando e criando uma nova realidade, contudo dentro desta cultura deve haver o contato com respeito para que o convívio seja real.

O círculo de sociabilidade é um caminho para uma sociedade mais justa, cada integrante, assim como seus integrantes devem se manter fiel a sua cultura, para que os demais possam respeitar a sua realidade. A cultura surda é uma forma de realidade que está viva, que necessita de respeito e compreensão para que a inclusão social possa existir de forma natural.

Segundo Strobel (2015), a cultura surda se refere a comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e preenchem nas comunidades surdas. Dentre os elementos principais da cultura surda estão às experiências visuais e as linguísticas que são essenciais para os indivíduos surdos.

A cultura é uma herança de um povo que é transmitida para sua perpetuação, e sempre está em uma constante adaptação e formulação com outras culturas, contudo não se modifica a cultura, mas o povo que se adapta as novas realidades, formulando uma nova realidade de cultura. Contudo a necessidade de conhecer e vivenciar outras formas de culturais para a realidade local.

4.2 IDENTIDADE SURDA

A construção da identidade surda está contida em um complexo de relações e interligações sociais como em qualquer formação cultural de uma sociedade. Souza (2014) defende que é possível aceitar o conceito de Cultura Surda, por meio de uma

leitura multicultural, tendo em vista que tal possui sua própria historicidade em seus processos e produções. É através destas ações que se constrói a Identidade.

A identidade surda está fortemente focada nas problemáticas do surdo, sendo ela um resultado da conscientização do indivíduo surdo sobre suas diferenças e necessidades (PUREZA, 2017).

É possível entender a identidade como o resultado do acúmulo de práticas sociais internalizadas no indivíduo a qual contribui para alargar a noção de pertencimento por parte dos sujeitos. Conceitos do “eu” são construídos a partir do envolvimento do homem com o mundo. As trocas simbólicas acompanham o ser desde o nascimento até o fim de sua a vida (FERREIRA, 2013).

A família é um início da formação de uma identidade, quando começa a existir a interação com a comunidade, esta pessoa começa a acompanhar a cultura do bairro, vivenciando momentos desde simples brincadeiras a formulações de festividades e ou até mesmo momentos de religiosidade do bairro, com isso o ser humano vai formulando a sua identidade.

A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre sendo formulada. [...] a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2005, p. 39).

A identidade surda acompanha o processo social onde eles estão inseridos, com uma forma de acompanhar o seu próprio caminho cultural. Silva (2017, p. 75) “afirma que assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.

Segundo Silva (2018), já é sabido que a cultura, a comunicação, a língua, o trabalho, dentre outros fatores, são aspectos muito importantes para que se dê, de forma plena, as possibilidades necessárias para uma construção identitária que represente o indivíduo de forma que respeite suas características próprias e inerentes do seu ser.

4.3 A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

O processo de integração escolar consiste na igualdade dos direitos e deveres dos alunos; uma vez que esse serão inserido em grupos nas instituições de ensino, para participar de um processo de aprendizagem de maneira que, independa que os alunos tenham ou não algum tipo de deficiência respeitando as diferenças de cada um deles, por um determinado período.

A necessidade de profissionais aptos ao serviço é uma realidade, incluir é necessário, contudo preparar os profissionais para tal situação é um debito ainda em aberto, muitos profissionais se capacitam por conta própria, onde o Estado se nega em acolher essas crianças surdas no meio educacional público.

Tomando como inspiração Contreras (2002), concorda-se que no momento se faz necessário o resgate da base reflexiva da atuação profissional objetivando entender a forma em que realmente se abordam as situações problemáticas da prática docente. O professor precisa ter mais condições de compreender a realidade social onde ocorre o processo de ensino/aprendizagem, realidade esta que apresenta diferentes valores e interesses, possibilitando-lhe ter mais clareza para examinar criticamente o processo de educação em vigor na sua cidade ou país.

Cada processo de inclusão necessita de uma boa ótica da realidade social onde a escola esta inserida, facilitando assim as condições de como podem ser modificadas perante a criança surda. A escola precisa adaptar para acolher, assim como seus profissionais se reciclarem para conhecer a língua de sinais. Cada necessidade deve ser estudada, assim como planejada para que não haja erros e sim aprendizados.

É preciso assegurar que a formação de professores possibilite, ao profissional docente, saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, a afetiva, da educação dos sentidos, da estética, e da ética (CONTRERAS, 2002).

O respeito e a dedicação sempre são uma necessidade de trabalhar com foco em objetivos claros. O ensino aprendizagem deve ser mantido diante das necessidades de cada aluno, facilitando e procurando compreender a necessidade de avançar de cada aluno.

A Inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos

possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola (MITTLER, 2003, p. 25).

Esse conceito de inclusão do autor envolve uma reflexão sobre a filosofia político pedagógica da escola e a prática dos professores. É um repensar nos valores e objetivos que a escola tem ou pretende ter no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem de seus alunos.

Toda mudança incomoda, contudo deve acontecer, principalmente em se tratando em receber crianças especiais, cada situação deve ser trabalhada, dentro da realidade educacional. O trabalho pedagógico deve proporcionar acolhimento e fortalecimento para a inclusão dos alunos.

Conforme Mittler (2003), o ideal seria não enfatizar os defeitos e as limitações, mas as habilidades a serem potencializadas. Isso poderia ser feito através de avaliações onde se pudessem detectar "pontos fracos e fortes" das crianças surdas para, a partir disto, fazer um diagnóstico e planejar um programa de intervenção junto às mesmas, onde os pontos fortes seriam potencializados e os fracos minimizados.

Cada instituição educacional tem sua realidade enquanto unidade de ensino regular. O processo de inclusão não acontece de um dia para outro, vai se moldando diante das necessidades de cada aluno. Com isso favorece o crescimento e amadurecido por parte de todos, para a realidade que esta sendo introduzida na escola.

4.4 O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO CRIANÇA SURDA NA ESCOLA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

Em uma sala de aula ou outro espaço fora do contexto escola, atores são chamados a falar e se pronunciar, a romper o silenciamento que trazem consigo. Em virtude de poder administrar a realidade educacional em se tratando de como melhor pode ser administrado a realidade da inclusão de alunos surdos.

A inclusão deve também acontecer dentro da família, para que a escola possa trabalhar conjuntamente com os familiares. O processo de inclusão é algo lento, contudo deve haver a paciência e determinação dos familiares com a escola. A aprendizagem acontecerá mediante os processos sociais, assim como a segurança de poder trabalhar com a família em foco do aluno surdo.

Assim Arroyo (1999), fala que podemos afirmar que, quando tratamos de sujeitos em uma perspectiva de ação dialógica, é necessário provocar um retroceder no tempo histórico que, segundo as condições históricas de cada época, as pessoas se formam, respondendo questões de seu tempo de um determinado modo e de acordo com as vivências de seu grupo cultural.

O trabalho pedagógico, nesta realidade vai sendo administrada para a continuidade do processo de aprendizagem, assim como na contextualização da inclusão do aluno surdo. Esse rompimento com o que já estão acostumados formula caminhos contrários a realidade libertadora da educação como falou varias vezes o Paulo Freire. A realidade pedagógica vai se firmando e formulando novos olhares para uma aprendizagem significativa do aluno surdo.

Para Bakhtin (1995), o recorrer às fontes básicas do pensamento pedagógico não se realiza um ato apenas abstrato e abstraído da realidade. Fundamentando-se na história da educação e da pedagogia, a práxis educacional mostra o presente e aponta um futuro possível.

Neste sentido pode ser compreendido, cada vez mais trabalhar as potencialidades dos alunos, tornando algo real dentro da unidade escolar. O aluno surdo fazer parte da realidade educacional é um ato de romper com o processo cultural, mas que deve reformular esta cultura, para um momento mais includente.

Segundo Gadotti (1998), a diversidade de perspectivas, de alternativas, de soluções para os problemas não deve assustar. Tem-se falado sempre que a educação está em crise, evidenciando o caminho que ela vem percorrendo através de séculos é, sem dúvida, a melhor forma de compreender as suas causas e buscar superar essa crise.

4.5 O PROTÓTIPO DA INCLUSÃO

É de extrema importância que um indivíduo se integre a uma sociedade da melhor maneira possível. Caso este não passe por um cuidadoso processo de integração, ele provavelmente apresentará insegurança em contatos posteriores. O educador deve agir de forma que possa atuar como facilitador deste processo de integração. Segundo Souza:

A deficiência auditiva põe em risco o êxito do processo de socialização, pela incapacidade da criança de ouvir e reagir aos sons da fala e, em consequência, de internalizar os rudimentos sócio-culturais básicos do potencial materno-familiar e de agir em consonância com esses ensinamentos. (SOUZA, 1982, p. 49)

A procura por melhorias de inclusão de alunos especiais requer cuidado e atenção a cada situação, visto que o processo deve ser trabalhado ao trabalho de formular os caminhos para a aprendizagem prática destes alunos. Os direitos devem ser garantidos e mantidos.

O protótipo que hoje se conhece por Educação Inclusiva - no que diz respeito aos alunos que apresentam deficiências, transtornos ou atrasos no desenvolvimento - representa a etapa atual do processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, as quais vêm, historicamente, acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências.

Frente a esse novo paradigma educativo Goffredo destaca que:

A escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p.31)

Segundo Mader (1997, p. 47) acredita que "Um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural".

Tanto a escola comum como a escola especial têm resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobilizam o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todas (MANTOAN, 2003, p.12).

As práticas para a garantia dos direitos a educação necessita de melhorias para a igualdade para garantir a igualdade. O acolhimento deve acontecer diante das necessidades de cada criança. A cidadania deve acontecer para que todos possam conviver em harmonia.

A Constituição Federal garante expressamente o direito à igualdade (art.5º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve

visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 284).

Ao se propor uma Ação Educativa Inclusiva para Públicos Especiais, deve-se ter como base teórica o movimento da Educação Inclusiva, parte intrínseca de uma concepção ideológica mais abrangente – a da inclusão social (...). Entretanto, cabe salientar que a abertura (...) para um processo de inclusão e a inserção de alunos com necessidades especiais (sejam elas de ordem social, cultural ou por limitações físicas ou de aprendizagem) não garantem nem uma educação de qualidade, uma educação inclusiva e, muito menos, uma sociedade inclusiva. (TOJAL, 2010, p.02).

O processo de incluir requer mais de que um passo a ser tomado, mas medidas mais focadas para a realização de um projeto, que deve ser autêntico, despertando assim o lado humano em acolher cada vez mais o seu semelhante, em especial o aluno surdo na escola de ensino regular.

4.6 A REALIDADE DE PLANEJAR PARA ABRAÇAR O NOVO

Quando recebemos uma família e abrimos um espaço de escuta pedagógica, para compreendemos a realidade que esta vinda para a escola, o aluno surdo, neste momento se torna importante para que os familiares percebam a relação entre os diferentes fatos que compõem sua história e o sintoma de dificuldade assim como os de aprendizagem.

O aluno surdo deve ser incluído no ensino formal, planejando maneiras mais agradáveis possíveis, com o corpo docente e discente da instituição. Portanto, pode ser entendido como uma mensagem, um aviso de que algo precisa ser redimensionado. Dentro da instituição, visto que nenhuma instituição esta preparada para receber de imediato, contudo deve haver um preparo para a inclusão, a escola não pode ser um depósito de crianças surdas, mas uma escola inclusiva.

Afirmado, que fale sim apenas incluir, visto que estas crianças surdas e seus familiares irão se inserir a escola, é no ambiente educacional que eles terão uma nova oportunidade de desenvolver para o aprendizado, assim como para a socialização com as demais crianças.

Na escola a criança terá a oportunidade de encarar o erro e se é possível errar, e como sobressair do erro para ser conduzido para uma aprendizagem

significativa. O que já fizeram para melhorar a queixa de dificuldade de aprendizagem e o que eles podem investir para reorganizar o sistema família/escola.

Na família, cada membro vai assumindo papéis a partir de sua história nesse grupo e, fundamentalmente, em função dos desejos que se entrelaçam nas relações e que constituem a estrutura familiar.

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo. (VASCONCELLOS, 2000, p. 79)

A criança surda tem o direito de redefinir o sentido de viver prazerosamente, de conhecer, de conviver, de aprender é o convite que nos fazem a mãe e o filho, assim como é emergente redefinir os papéis parentais e a hierarquia na família. Entender a função social da escola e o lugar do professor na vida dessa criança surda é primordial para a retomada da aprendizagem.

Observamos que há uma estreita relação entre a surdez da criança que necessita de inclusão do denunciador do sistema familiar para a manutenção da dificuldade de aprendizagem de um aluno surdo, e em alguns casos mais de um, dos elementos dessa mesma família. Por outro lado, os professores precisam estar atentos para não acabar fazendo alianças com o sistema mantenedor de uma realidade não acolhedora.

Vemos um exemplo claro disso na escola é a realidade de planejar para abraçar o novo. É o caminho para poder desenvolver a inclusão, inclusive ensinando a refazer e ampliar suas vivências no contato com o outro na instituição escolar. Os professores comprovam a mudança do sentido que as coisas possuem a necessidade de sempre abraçar o próximo.

Para cada família e para cada situação perante a necessidade de incluir seu filho no sistema de ensino formal. A surdez não pode ser um empecilho para não aceitar a criança no ensino. Cabe a nós, profissionais da educação, ouvir a família, ver e compreender a realidade. Nós educadores precisamos aprender com ele e além dele para termos uma educação de qualidade para todos.

A reflexão que possibilite compreender da realidade da inclusão do aluno

surdo, situação de exclusão que vive boa parte da população. A formação política que tem no universo escolar um espaço privilegiado deve propor caminhos para mudar as situações de exclusão. Muito embora outros segmentos participem dessa comunicação, essa responsabilidade propiciada, sobretudo, pelo ambiente escolar, para com a comunidade.

5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

Muitos pais dão uma atenção para com o trabalho escolar do filho, seguida de acompanhamento e vigilância, mesmo quando a mãe, ou o pai estão impossibilitados de interferir no processo pedagógico propriamente dito dos filhos, neste sentido a inclusão deve acontecer para favorecer o aprendizado do aluno surdo.

Visto que a Libras é uma língua o professor deve dominar essa nova realidade em sua vivencia de sala. Todo processo de aprendizado pode acontecer um pouco tardio outros de maneira rápida, contudo deve ser respeitada a maneira que cada aluno desenvolve o seu aprendizado.

A Libras caracteriza-se pela intenção de se apresentar de maneira visuoespacialquirêmica as palavras e expressões da língua portuguesa, associadas à compreensão do próprio surdo em relação a essas palavras e expressões. Às vezes os ouvintes acreditam que a Libras é a elaboração de gestos e desenhos no ar, mas, como visto anteriormente, esse pensamento é infundado. Os sinais das Libras podem ser definidos como icônicos e arbitrários (VITORINO; SOUZA, 2020, p. 53).

Cabe a cada educador não cruzar os braços, buscar o aperfeiçoamento. Numa época em que há um constante desenvolvimento e a tecnologia avança a cada momento, é necessário acompanhar a evolução com urgência, buscar recursos, usar novas metodologias, criar espaço especificado para as diferentes disciplinas possibilitando a facilitação e a integração de todos.

Percebe-se que há uma busca pela compreensão integral das pessoas com deficiência, e a tentativa de estruturar uma lei que seja, ao mesmo tempo, abrangente o suficiente para comportar os vários modelos e tipos de deficiência, no que se refere à busca pela capacitação e integração do ser humano.

Na visão Weerneck (1992) ele apresenta um aforismo que diz: "esquecemos o que ouvimos, decoramos o que lemos e aprendemos o que fazemos". Ou seja, a escolha da metodologia a ser aplicada vai estar na dependência do perfil das pessoas envolvidas e dos objetivos da prática pedagógica assumida. Como em geral grupamentos não são homogêneos, a aprendizagem deverá levar em consideração

a diversidade de ideias, comportamento, capacidade de assimilação de cada indivíduo antes de abordar o projeto de ensino.

É papel de a escola tornar-se sensível ao ritmo da evolução social e tecnológica. Assim como também para o professor que deve encarar como forma permanente os diversos tipos de funções a serem exercida, procurando além de incentivar, mostrar que todos são capazes de aprender.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola (LACERDA, 2006, p. 34).

É necessário também que o professor possa se libertar de determinadas práticas rotineiras, tendo oportunidade de consagrar mais tempo à observação pedagógica, dando lugar a intervenção junto ao aluno no momento em que ele achar mais importante. O aprendizado da língua portuguesa é mais difícil e prolongada, mas é necessário e importante para a comunicação com os ouvintes e a sociedade. Então, precisará de condições especiais para aprender esta língua que não é natural, para não ser discriminada (FELIPE, 1995).

O ideal seria formar os surdos, desde sua infância ao conhecimento das duas línguas. A cada língua que aprendemos ampliamos a percepção que temos do mundo e as possibilidades de interpretar as situações da vida cotidiana.

Não é só necessária a inovação educacional, mas o estímulo entre alunos, professor e família, para a construção do conhecimento. Pois se sabe que cada criança aprende com a família e com a sociedade a qual pertence. Cada grupo familiar tem seu código, sua maneira própria de viver.

É preciso ter paciência, acreditar que todos são capazes. Esperar que a Educação Inclusiva seja olhada com mais carinho, pois cada um aprende dentro do seu limite e com muita vontade de poder participar do processo ensino aprendizagem, não como um "aleijado" ou doente, mas como um ser humano cheio de qualidades e vontade de aprender.

Embora a legislação brasileira – na Educação, como em outras áreas – possa ser considerada bastante avançada para padrões internacionais, à promulgação de

leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. Existem inúmeras barreiras que impedem que a Educação Inclusiva se torne realidade no cotidiano das escolas.

Torna-se imprescindível enfatizar que os Programas de Inclusão são válidos, na medida em que se cumpre com o estipulado em Lei e o requerido pela comunidade. Dessa forma, tais programas tornam-se agentes a favor da desmistificação de mitos, a superação de preconceitos e o exercício da cidadania.

Para oferecer uma educação de qualidade a todos os educandos, inclusive os que manifestam barreiras no processo de ensino aprendizagem, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se, desde a parte física da escola a equipe profissional.

Como cita o decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011

2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011 p,1)

Portanto, a inclusão depende de mudança de valores da sociedade. A implantação da inclusão é meramente possível caso haja interesse tanto da sociedade quanto dos representantes do poder público. O papel do educador é lutar para que todos os cidadãos tenham o direito a receber uma educação sem segregação, que dê oportunidade para que todos busquem atingir os objetivos almejados.

5.1 O CUIDADO HUMANO EM ACOLHER

O cuidado é uma atitude e característica primeira do ser humano, revela a natureza humana e a maneira mais concreta de ser humano. Sem o cuidado, o homem deixa de ser humano desestrutura-se, define-se, perde o sentido e morre. Se ao longo da vida não fizer com cuidado tudo o que empreender, acaba por prejudicar a si mesmo e por destruir o que estiver a sua volta. Conforme Boff (1999), o cuidado brota quando a existência de alguém adquire sentido para nós. Nesta definição,

passamos a participar e cuidar do destino do outro com suas lutas e vitórias (BOFF, 1999; DAMA; MURINARI; SIQUEIRA, 2004).

Percebe-se todo um cuidado, um rol de preocupações, pequenas intervenções das mães (principalmente), naquilo que se refere ao trabalho escolar ou indiretamente a ele ligado. Por outro lado, o que parece ser rentável é a presença possível, a disponibilidade em dar atenção ao filho, permitir que ele dê conta de suas tarefas e necessidades escolares, indagar-lhe de seu dia escolar.

atividades culturais oferecidas às crianças, o grau de sua instrução, suas aspirações educacionais, sua estruturação linguística e a intelectualidade que oferecem, em termos de livros, revistas e coisas do tipo. Aos fatores emocionais dos pais podem ser descritos como a consistência e o uso dos padrões disciplinares, a própria segurança emocional e autoestima dos pais, sua crença em controle interno ou do meio... E sua vontade de dedicar seus tempos a seus filhos... (BOURDIEU, 1998, p. 33).

A liberdade do filho é uma necessidade para que ele possa criar seus próprios vínculos. Os erros e acertos fazem parte deste processo de descobertas, cada novo amigo, cada novo passo é uma realidade nova, seja para o aluno surdo ou não, todos nos passamos por esses processos de adaptação com o novo, seja no espaço escolar, seja em outra realidade, mas devemos deixar que nossos filhos constituam esses vínculos afetivos.

Essas ações são perceptíveis na busca do estabelecimento escolar e na escolha das novas realidades quando viável, na luta pela matrícula, nos possíveis contatos com outras mães, nas aproximações com os professores, nas reuniões escolares, na manutenção física da criança e dos equipamentos necessários à frequência da escola, na atenção para as companhias dos filhos, no ato de levar à escola na vigilância da rua, etc.

Essa é uma realidade natural do ser humano em cuidar dos seus, contudo deve haver o seu espaço com os demais alunos, firmando os vínculos de possíveis amizades, constituindo bases para as aproximações e confianças. A compreensão vai se formulando com o passar dos dias de forma gradativa.

5.2 UM ESFORÇO PARA COMPREENDER E APOIAR O FILHO

Um trabalho de persuasão afetiva no sentido de se continuar a escolaridade para a criança surda, diante de complexos momentos vivenciados no decorrer da trajetória escolar é sempre prazeroso, expondo a necessidade de a criança estar em sala para melhorar seu aprendizado. Trabalho deve sempre está ativo pelas famílias, no sentido de rever a realidade nos seus filhos estão inseridos.

A percepção de determinados professores, ainda nas séries iniciais, de que a atuação do aluno supera aquela do conjunto de colegas e que, apesar de surdo, ele tem um desempenho excepcional, parece ser determinante na vida desses sujeitos. Frutos de dedicação para a superação.

A educação é um processo que sempre estar necessitando de ajustes, redirecionando os meios para melhor acolher os seus alunos. Essas situações não marcam hora e dia para acontecerem. Em virtude da necessidade de acolher, o planejamento sofre alterações, assim como as metodologias de trabalho, que visam o melhor rendimento para o aluno.

A discussão sobre surdez e ensino de surdos vem sendo intensificada nos últimos anos por profissionais envolvidos nesses contextos e pela própria comunidade surda, que luta por reconhecimento e valorização de sua cultura e de sua identidade. Diante disso, muitos caminhos vêm sendo trilhados na busca de ações para o ensino desses sujeitos e para sua inserção no mundo social (LOPES, 2011, p. 78).

Incluir alunos surdos em uma escola regular é uma necessidade de proporcionar a criança oportunidades de interagir com o meio social. Possibilidades que podem ser aprimoradas para a realidade do aluno. Lopes em seu livro conjuntamente com os demais escritores narram a necessidade e a realidade de trabalhar essa necessidade social.

O processo é lento, mesmo sendo determinada por lei, a realidade necessita de muito carinho e atenção para que possa gerar frutos no futuro. A atuação afetiva da família age no sentido de se superar essa fase para que o filho possa seguir adiante é essencial para que seja firmado o compromisso.

Essa resistência dos pais irá chocar-se com as necessidades materiais da família e do próprio filho portador da surdez, que, criado sob a ética do trabalho, se vê na obrigação moral de produzir a sua própria existência, adquirir uma autonomia

mínima. Esse conflito perpassa boa parte da trajetória e parece não ter fim, o que produz um enorme desgaste nas relações intrafamiliares.

No contexto das escolas com alunos surdos, a língua de sinais (Libras) deve ser a língua da educação dos surdos, e esse desejo tem sido uma luta histórica empreendida pela comunidade surda a fim de garantir um ensino bilíngue (Libras e português) nas escolas brasileiras. Nesse sentido, o conhecimento da língua de sinais pelo professor é requisito primordial para a efetivação de práticas pedagógicas que considerem a diferença linguística e cultural dos surdos (LOPES, 2011, p. 66-67).

A luta por direitos faz parte da realidade social, cada comunidade necessita de atenção, com isso começa a se desenvolver estratégias para que possam garantir os direitos dos moradores. Com o avanço do conhecimento podemos perceber a necessidade de atenção e reivindicação dos direitos garantidos por lei.

O romper de uma cultura tradicional é complexo, contudo se faz necessário para que todos possam ter seus direitos garantidos. A necessidade de adaptações na realidade educacional é condizente a necessidade dos alunos surdos. O professor bilíngue deve estar contido no processo educacional.

É preciso que se pense para além do signo, refletindo-se sobre o significado que o signo produz. Com base nesse entendimento fundamental e esclarecedor é que haverá a possibilidade de se efetivar a construção da escolarização significativa dos sujeitos surdos. Entretanto, devemos estar alerta para o uso indiscriminado das palavras ditas sem critérios e/ou ditas intencionalmente para marcar um discurso da moda, em que o foco é apenas “celebrar as diferenças” ou, ainda, (re)afirmar a valorização de uma proposta “salvacionista para a educação”, na qual é negada a existência de uma língua de sinais utilizada pelo povo surdo, a existência de uma cultura surda e de identidades culturais – enfim, em que há a banalização do reconhecimento das diferenças (LOPES, 2011, p. 182).

Lopes acima afirma que a cultura do povo surdo deve ser mantida, dando espaço para o seu crescimento. Dentro da ótica educacional deve ser trabalhada a realidade do aluno, com isso a necessidade de trabalhar a cultura do povo surdo, dando o seu devido respeito.

Reconhecer as diferenças sociais em meio a vivência educacional é um fato, contudo deve ser trabalhada a necessidade de inclusão de alunos com surdez, com isso mudanças devem ser desenvolvidas, assim como o corpo docente trabalhar as suas realidades de reciclagem quanto à língua de sinais.

A valorização do profissional deve acontecer, para que possa desfrutar dessa nova realidade de forma contundente as suas necessidades. A criança deve ser incluída de forma digna, não deixando a escola ser depósitos de alunos, mas instituição formadora de conhecimentos, dando assim novos caminhos pedagógicos para essa realidade educacional.

Segundo Tardiff (2002), é preciso que o professor domine a área de ensino na qual realiza a sua profissional idade, a disciplina que leciona, e, além de tudo, ser dotado de saberes relativos às ciências da Educação, possuindo, ainda, um conhecimento prático adquirido por meio da sua experiência profissional.

Não se admite que o aluno seja lesado em virtude de que o projeto escolar esteja mal elaborado, que pode ser também um projeto de vida para essa criança. Se aposta, aqui, na capacidade da criança se desenvolver dentro do ensino formal, é tudo uma questão de tempo. Se aposta, também, na capacidade moral e da solidariedade a ele dispensadas.

Mas a família funciona, também, como refúgio necessário para o filho no decorrer de sua trajetória escolar. É na família que ele irá buscar energia, sustentação para enfrentar situações difíceis de serem vivenciadas. É a presença, apoio, indignação, atuação e discernimento do professor, a intervenção propriamente dita da família, que irá dar possibilidade de continuidade dos estudos e de crescimento subjetivo do filho.

Percebe-se ainda uma aproximação dos professores, que contribui na construção da autonomia propriamente dita, a partir de uma aproximação/relação dos estudantes com aqueles que reconhecem e incentivam a dedicação, o esforço e o desempenho escolar diferenciado do pesquisado frente a outros colegas de sala.

Essa circunstância, aparentemente difere-se por ser uma ação constante que se observa ao longo da trajetória escolar e que irá se aprofundar no interior da escola. Não tem nada de ocasional.

É contínua, persistente e presente na vida desses estudantes. A busca de uma proximidade, de ser reconhecido no interior da escola pelo conjunto de professores, é incentivada pela família, que apoia essa proximidade como se fosse uma delegação de cuidados que ela não pode mais ter para com o filho. (NOGUEIRA, 1998, p. 55).

Em determinadas situações, as trajetórias podem ser reformuladas, dando assim o espaço para o desenvolvimento do aluno em conjunto com os professores, assim vai se firmando o crescimento dos alunos. Entretanto, um elemento que assegura e dá consistência a essa necessidade de incluir o aluno surdo é a competência escolar, do comportamento, da aceitação das determinações institucionais, enfim, por todo um conformismo estratégico pedagógico.

5.3 O PLANEJAMENTO COMO INCLUSÃO

A educação escolar passa a ser a principal forma de estabelecimento da construção dos saberes, passando a muitas vezes desconsiderar os conhecimentos adquiridos e vivenciados fora do contexto escolar. Essa questão é bastante problemática porque aponta para tipos de construção padrão da leitura do mundo e, conseqüentemente, do outro.

O ato de planejar formula essa educação, que vai estabelecendo a construção do conhecimento. O planejamento tem seus caminhos e estratégias para despertar no aluno o desejo de aprender. O planejamento como forma de inclusão visa o desenvolvimento de todos os alunos para uma aprendizagem significativa.

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola está presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB, 1988), em seu artigo 206. No entanto pode-se observar que as leis educacionais existem, mas nem sempre são cumpridas. Verifica-se uma distância entre o cotidiano das escolas e os dispositivos legais que tratam da Educação Inclusiva (MANTOAN, 2003).

O que nos chama a atenção, nos dias de hoje, é a falta de prudência, a formalidade e a parcialidade das políticas que poderia incluir, são desobedecidas para outros fins, ou simplesmente é deixada de lado. Os rótulos classificatórios que imputam as instituições escolares e tantas outras situações constituem intervenções derivadas de argumentos da proposta de resultados positivos.

Resta concordar, pois, com a afirmação de que a expansão das perspectivas de inclusão de alunos surdos deve ser uma realidade no meio educacional criou impasses pedagógicos importantes. As metodologias de avaliação, em muitas situações manipuladas, podem ser úteis a intencionalidades rivais.

A escolha de uma metodologia tem relação direta com a inclusão de alunos surdos no ensino. Por exemplo, o paradigma que enfatiza a cientificidade e a utilização precisa de instrumentos técnicos e não pretende mais do que procurar meios para desenvolver uma aula condizente com a realidade do aluno. Na verdade, quando o planejamento educacional, suscita a superação de práticas docentes rotineiras, frequente e paradoxalmente desprovidas de sentido e de intencionalidade formativa.

Exigindo assim uma apreensão da complexidade do trabalho pedagógico na escola em se tratando do acolher o aluno surdo. A expansão e a diversificação da função acolhedora integrada ao planejamento que se processa no interior da escola geraram o paradigma, que se distingue como medida em termos de função, objeto e aplicação com o novo.

Quando se fala de inclusão, sua função alcança patamares progressivamente abrangentes: regulação do processo formativo, qualificação da vida na escola, universalização da educação de qualidades. Na instância da classe, o aluno surdo se centra, preferencialmente, sobre a estratégia pedagógica. Suas conclusões servem à tomada de decisões relativas à correção, reforço, substituição e/ou adaptação de condições e recursos pedagógicos, entre outros aspectos que afetam no processo formativo.

Na instância da escola, o professor preocupa-se com a qualidade da vida institucional condicionada pelas relações efetivadas no e pelo trabalho com o processo de inclusão dos alunos surdos. Constituindo assim, os métodos, os currículos e os programas, a infraestrutura, a tecnologia, o estilo de gestão, o projeto pedagógico, a cultura escolar etc.

Ademais, a LDB (BRASIL, 1996) exige que ocorra a adequação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as especificidades educacionais dos educandos. Entretanto, é notório que a realidade demonstra que, muitas vezes, as instituições de ensino não estão preparadas e nem estruturadas para receber a nova demanda, uma vez que, ainda hoje ocorre a exclusão, professores e gestores mal preparados, obstáculos arquitetônicos, falta ou ausência de materiais pedagógicos, entre outros.

Nessa instância, provê base para todo tipo de decisão de mudança na organização escolar. Numa instância limite, o acolhimento instrui a gestão de políticas que atingem todo o sistema escolar, como, por exemplo, a universalização da educação de qualidade. Então, problemas como a equalização de oportunidades educacionais, a pertinência da formação proporcionada em termos das necessidades e aspirações sociais, a sua qualidade etc.

Porém, para Frigotto (2011) o desfecho da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o percurso do Plano Nacional de Educação, agora subentendido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), vieram confirmar que não houve melhora alguma, até o presente diante das análises críticas feitas por estudiosos da época.

Precisamos aplicar-lhe o seu sentido mais estrito como uma ação articulada ao processo de ensino e aprendizagem. Quando abordamos no processo do planejamento educacional, ela se caracteriza como uma leitura orientada de uma realidade sob intervenção específica. Nessa condição, a inclusão se reveste de um caráter deliberado e organizado, assumindo a forma institucionalizada. Todavia, devemos evitar, radicalmente, que esse processo recrudesça e contribua para a burocratização do cotidiano escolar.

Conforme pontuou Barreto (2014, p.21) “apesar de todo o direcionamento no sentido da inclusão educacional, é perceptível a cultura ainda predominante, na maioria das escolas, da tentativa de normalização do aluno com necessidades especiais dentro de suas respectivas classes escolares.” E ainda: “De um modo geral ainda há uma espera de que o aluno com necessidades especiais desenvolva comportamentos sociais e acadêmicos próximos de seus pares sem deficiência” (BARRETO, 2014, p. 21).

Trata-se da produção de um saber - práxis - sobre a natureza, a cultura, procurando assim uma inclusão mais humanizada possível. Tendo como premissa o fato de que a natureza não garante a existência humana e, portanto, passa a ser necessária uma ação do homem, uma construção nessa natureza. Isso implica levantar os elementos culturais essenciais a ser assimilada e, conjuntamente a isso, a melhor forma para atingir tal objetivo.

Escola, por sua vez, é uma instituição responsável pela socialização desses saberes, constituído pela humanidade, tendo a tarefa de propiciar a cada um o acesso ao saber elaborado e as formas com que se atingiu esse saber. Percebemos que, sendo a cultura humana caracterizada como aquela organizada por signos, a formação básica de humanidade se pauta até os dias de hoje.

Segundo Lacerda; Santos, (2013, p. 54), afirma que os alunos Surdos nas escolas: É participante de programas educacionais voltados para ouvintes e elaborados por ouvintes, sem qualquer participação de surdos, portanto sem que se considerem o seu modo de viver e aprender sua cultura, sua língua, suas necessidades e seus interesses.

Pode-se entender, portanto, a importância da escola como organizadora desse processo de aprendizagem e inclusão do aluno surdo. Assim, ocorre na escola a passagem de um aluno que vivencia as suas experiências de forma imediata para aquele que enxerga além do meio em que se encontra experiência mediada.

Diante do que já foi discutido percebemos que a escola é uma instituição social necessária ao conhecimento sistematizado, lugar onde todos desejam obter progressão diante dos conhecimentos construídos, com resultados que influenciam a vida dos cidadãos nela inseridos e autonomia como expressão da unidade social que é a instituição escolar e não preexistente à ação dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar para a criança surda passa a ser a principal forma de estabelecimento da construção dos saberes, passando a muitas vezes desconsiderar os conhecimentos adquiridos e vivenciados fora do contexto escolar. Essa questão é bastante problemática porque aponta para tipos de construção padrão da leitura do mundo e, conseqüentemente, do outro.

Os professores comprovam a mudança do sentido do acolhimento da criança surda no ensino formal. A escola deve orientar as famílias sobre a importância de sua participação nas tarefas dos filhos e acompanhamento de avaliação do trabalho escolar.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (cap. III, art. 19 e 22) a disposição do direito a convivência familiar e comunitária. Parágrafo único: É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A ideia também é destacada na Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que adota como regra, a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno especial. E essa participação começa na conscientização e no comprometimento dos familiares na defesa dos direitos e deveres dos educando.

Quanto aos objetivos proposto neste foram atingidos devido à compreensão que a educação de alunos surdos no ensino formal sempre media através da arte do diálogo entre escola e família de forma colaborativa, entre sociedade e escola permitindo que os fenômenos sociais ganhem contextos próprios nestes cenários de jogo dialógico, salientando que a democratização acontece quando a escola faz a parceria com a família com o intuito de empreendimentos no desenvolvimento da aprendizagem que por sua vez favorece na socialização e caráter do indivíduo.

O caminho da escola seria alterar as práticas do aluno em direção daquelas que não fazem parte de seu cotidiano, levando-o a novas leituras da vida, do misterioso, do desconhecido. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão. Conquista do mundo para a libertação dos homens. A redução do homem acontece o tempo inteiro.

É preciso que todos os profissionais, ao intervirem, procurem compreender o contexto social em que todos os alunos e suas famílias estão inseridos, buscando adequar as suas orientações à realidade por eles vivenciada. O gestor, juntamente com os professores, deve ter a coragem de não realizar apenas ações pontuais, mas mudanças de hábitos no cotidiano para que, desse modo, possamos ter a cultura do preconceito, ou da convivência pacífica. Somente dessa maneira a escola cumprirá o seu papel de formar para a cidadania.

Em síntese é preciso salientar que a democratização do saber para poder acontecer quando a escola faz a parceria com a família com o intuito de empreendimentos no desenvolvimento da aprendizagem que por sua vez favorece na socialização e caráter do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. et. al. (Org). **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

ARROYO, Miguel. G. **Ciclos do Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores**. In: Educação e Sociedade: CEDES, n.º 68 Especial, Campinas, 1999.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7. ed, São Paulo: Hucitec, 1995.

BARRETO, Maria Angela de O. Champion; BARRETO, Flavia de O. Champion; **Educação Inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre (1998). **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In. NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, p. 39-64.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília. MEC, 1994.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626**, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.611**, DE NOVEMBRO DE 2011.

BRASIL. **LEI Nº 10.436**, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 28 nov. 2020.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília. Imprensa Oficial. 2002.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 7 de janeiro de 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em 28 nov. 2020.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C.C. **Surdez e Libras: conhecimento em suas mãos**. São Paulo: Hub Editora, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Integração e Inclusão: Do que estamos falando?** In: Salto para o Futuro/Educação especial: tendências atuais. Brasília, 1999.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla. **A possibilidade e a necessidade do uso dos meios de comunicação na escola**. 2010. Disponível em <http://caiceducacao.blogspot.com.br/2012/03/comunicacao-e-educacao.html>. Acesso em 28 nov. 2020

DAMAS, K. C. A; MUNARI, D. B; SIQUEIRA, K. M. **Cuidando do Cuidador: Reflexões sobre o aprendizado dessa habilidade**. Goiânia, Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 6, n. 2, p. 272-278, 2004.

DILLI, Karoline Silveira. **A inclusão do surdo na educação brasileira**. 2010. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290999.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FERREIRA, J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. Cad. CEDES, v. 19, n. 46, p.7-15, 1998.

FERREIRA, Edjane Linhares. **Surdez e identidade: a representação identitária do surdo na obra cinderela surda**. – Catolé do Rocha, PB, 2013.

FELIPE, Tanya Amara. **Bilinguismo e surdez**. Anais I Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1993

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. In Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico**. SEED/MG. 1998.

GLAT, R.; BLANCO L. M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 15-35.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **A Escola Como Espaço Inclusivo**. In: Salto para o Futuro/Educação especial: tendências atuais. Brasília, 1999.

GOMES, Anie Pereira Goularte. **O imperativo da cultura surda no plano conceitual**: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos. Rio Grande do Sul: UFSM, 2011.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Editora Plexus, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**: 10 ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2005.

LACERDA, C. B. F; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo**. E agora? : Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFScar, 2013.

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência**: a vivência de um novo paradigma. In MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Memmon, 1997.

MAGNANI, José Guilherme. **Vai ter música?** Para uma antropologia das festas juninas de surdos da cidade de São Paulo. Ponto Urbe [Online], | 2007.

MANTOAN, T.E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, Maria A. **Convertidos e oblatos - Um exame da relação classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu**. Educação & Realidade. P. Alegre, v. 20, n. 1, jan./jun., 1998, p. 109-129.

OLIVEIRA, Roberta dos Santos. **A criança surda e a escola**: condições e contradições no ambiente escolar para efetivar a inclusão. 2016. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/im/oeies/wp-content/uploads/2016/10/MONOGRAFIA-SURDEZ-PDF.pdf>. Acesso em 28 nov. 2020.

PUREZA, do Canto Jéssica. **Desenvolvimento de dispositivos para automação residencial**: Alertas para crianças surdas. Rio Grande do sul, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174512/001062590.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SCHERNER, Maria Luiza T. **Gestão da Educação**. Curitiba. 1995.

- SILVA, Ariane Maria da. **A constituição da identidade docente surda negra**. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/196904043.pdf>. Acesso em 09 jan. 2021.
- SOUZA, Eloysia Godinho. **Surdez e Significado Social**. Cortez Editora, 2014.
- SOUZA, Rita de Cácia Santos et al. **Introdução aos estudos sobre educação dos surdos**. Aracaju: Editora Criação, 2014, p.15.
- STROBEL, Karin. **Revista virtual de cultura surda e diversidade**. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/perfil.php>. Acesso em 09 jan. 2021.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**, 2007. 322 fls.il, 1 CDROM. Tese de Doutorado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2000.
- VITORINO, Anderson Francisco; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação bilíngue: o desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos**. Aracaju: Criação, 2020.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WERNECK, Hamilton, **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo**. Petrópolis: Vozes, 1992.